

Império – uma civilização nos trópicos<sup>1</sup>Mara Rúbia Sant'Anna<sup>2</sup>

Palavras-chave: Brasil – Império – Aparência – Identidade nacional

**Resumo:** O volume 2 da pesquisa Brasil por suas aparências ocupa-se da discussão das relações entre aparência, poder e identidade nacional desenvolvidas entre o período histórico, convencionalmente chamado, Brasil-Império. As conclusões preliminares evidenciam que a instituição da independência política da colônia portuguesa na América não representou rompimento dos modelos de aparências e nem reformulou as elites que conduziam a formulação de uma noção de identidade brasileira. A figura do imperador D. Pedro II foi de vital importância na catalisação dos anseios de parecer europeia da elite imperial.

Em 2002 o primeiro volume do “Brasil por suas aparências – uma história da moda”, uma pesquisa histórica cujo objetivo central é discutir a construção da identidade nacional a partir das estratégias da aparência articuladas pelos grupos de elite, foi concluído. No ano seguinte, os resultados das pesquisas centradas nas sociabilidades coloniais brasileiras foram levados ao público através de um *CD-ROM* distribuído gratuitamente às mais diferentes Universidades Brasileiras e outras Instituições de ensino.

Somente em 2005 podemos retomar este trabalho e, dando continuidade à proposta inicial, desenvolvemos a pesquisa que se segue, na qual é abordada a sociedade que se instituiu junto ao regime monárquico de governo. Se nas sociabilidades coloniais foi necessário analisar distintamente os diferentes agrupamentos compostos sobre o território, na ocasião parte do Império Ultramarino Português, no período imperial pode-se localizar um embrionário sentimento de unidade que, a partir do Rio de Janeiro, espalhava-se pelo então chamado Império Brasileiro. Compreender como se articulou a noção de Brasil desejado com as estratégias das elites

<sup>1</sup>Artigo organizado a partir do Projeto: Colonismo social em Santa Catarina – a construção de uma sociedade de moda. CEART/UDESC.

<sup>2</sup>Profª. Dra. em História. Lotada no Departamento de Moda/CEART. sant.anna03@bol.com.br

que se constituíram em torno da Coroa Brasileira foi o objetivo maior. Questões centrais nortearam o trabalho de levantamento bibliográfico e ponderaram as assertivas encontradas nos livros de qualidade que compõem o acervo historiográfico brasileiro. As questões principais foram as seguintes:

- a) Em que medida a corte brasileira imperial reproduziu as cortes européias e, a partir dessa semelhança, conduziu a idealização da aparência para a configuração das elites nacionais?
- b) Como a manipulação da aparência idealizada, pelas elites constituídas, interferiu nas lutas ideológicas para a instalação da república brasileira.

Portanto, para que o caminho metodológico tivesse nexos e, ao mesmo tempo, pudesse o material produzido contribuir para o estudo da sociedade de moda nas terras brasileiras, além de responder às questões norteadoras, fez-se uma introspecção criteriosa dos diferentes momentos já consagrados pela historiografia nacional, propondo um percurso de análise aos futuros leitores.

Sabemos que toda história é seleção e construção de uma memória que perde a emoção do vivido e estereotipa o passado num formato intelectualizado ao bel prazer do historiador, contudo, não nos incumbimos de discutir os embates teóricos implicados no reconhecimento dos limites do fazer do historiador, não nos atemos a debater as ideologias subjacentes aos recortes tradicionais da história chamada brasileira ou nacional. Apropriamos-nos deles, os filtramos pelos pressupostos que conduzem nosso pensamento e, abordando a aparência como instrumento de constituição de estratégias de poder na elaboração de uma identidade nacional, desenvolvemos o trabalho que se segue.

Sentimo-nos apenas no dever de introduzir o leitor à compreensão do que seja a identidade, a nação e a aparência em nossa abordagem. O primeiro desencanto ao estudante neófito, nesse assunto, é que toda identidade é sempre criada, jamais natural, logo, não há uma identidade nacional que possa ser o elemento identificador e compositor da unidade de toda a população. O que temos são critérios que cada historicidade determina como relevantes e definidores da aglutinação realizada ou que se deseja realizar, criando assim uma “cara” para aquilo que diz identificar.

Conforme Nestor Canclini salienta, uma identidade, em seu sentido primitivo, só seria possível se houvesse entre todos os habitantes de um território uma entidade comum compartilhada, uma experiência do vivido próxima e sentida por todos os membros daquela comunidade. Nesses casos o passado é ritualizado e uma identidade singular, a ser revivida em diferentes momentos, é instituída. Em suas palavras:

Ter uma *identidade* seria, antes de mais nada, ter um País, uma cidade ou um bairro, uma *entidade* em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável. Nesses territórios a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos<sup>3</sup>.

Assim sendo, por mais que a identidade seja uma busca da semelhança, ela sempre é definida pela diferença de si, com seu exterior. Como afirma Renato Ortiz: “Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença”<sup>4</sup>.

Como um segundo desencanto, precisamos também prevenir que não nascemos patriotas. A nação brasileira nos é construída pouco a pouco na medida em que somos apresentados aos mapas que representam nosso território, às imagens de paisagens encontradas desse mesmo perímetro, aos símbolos que a identificam diante de outras nações e, especialmente, quando uma equipe esportiva entra em cena trazendo ao peito uma camiseta com as cores que nos disseram ser as do Brasil.

A definição de Benedict ANDERSON de Nação é clássica e pertinente: “uma comunidade política imaginada como implicitamente limitada e soberana”<sup>5</sup>. Este conceito contempla duas questões extremamente importantes para a compreensão desta construção histórica chamada Nação:

1) comunidade – esse termo evidencia a exigência de um conjunto de pessoas e do sentimento de pertencimento a ele por questões determinadas. Porém, é mais que apenas um grupo, pois o termo comunidade implica numa experiência espacial, temporal e social comum de seus membros.

Como o termo vem associado do adjetivo “política”, a precisão do agrupamento fica apresentada por este. Isso delimita a condição da mesma, ou seja, é uma reunião de pessoas que compartilha, entre si, uma preocupação coletiva e ideológica.

<sup>3</sup>CANCLINI, N., 1997. p. 190.

<sup>4</sup>ORTIZ, R., 1994. p. 7.

<sup>5</sup>ANDERSON, B. 1997. p. 23.

2) imaginada – o termo, segundo os dicionários comuns, como também os especializados, é aproximado das noções de ilusório, irreal, fictício ou fantástico, fabuloso, legendário, mítico ou ainda inventado, falso, absurdo, utópico, fingido e quimérico. Todas estas conotações expressam, em resumo, a oposição do termo com o real, verdade ou realidade. Desta forma, quando pensamos em uma comunidade imaginada, devemos supô-la irreal. Porém, se a pensarmos dentro dos parâmetros dos pensadores do imaginário, a oposição se esvai. Não é o caso de verdade ou mentira que está em jogo.

Na interpretação da conotação do termo “imaginada”, usado por Anderson, temos, então, que descartar a idéia simplista de uma ideologia que fantasia sentidos e ilude as pessoas, os apresentando enquanto verdade em relação a um território, que no caso específico seria definido como limitado e soberano. Se as cores da camisa e o talento dos jogadores criam pontes imaginárias entre personalidades particulares e torcidas, a idéia da Nação começa a ser imaginável na medida em que se afirma a presença de um território definido e de uma soberania reconhecida como de fato.

Porém, o mais importante a esclarecer é a condição que a identidade nacional goza na construção do sentido de Nação. Pois, entendendo-a como comunidade imaginada, não seria possível construí-la no imaginário social, sem antes determinar e atribuir referentes “significacionais” à população que habita o território sob o qual existem pretensões de torná-lo uma Nação. Uma das estratégias para criar esses referentes é vulgarizar a imagem do que é o território. Os mapas e as lições de geografia fazem muito bem isso. Porém, além disso, as imagens devem operar com a nossa noção de pertencimento e o caminho encontrado para tal, historicamente, foi criar um passado em comum e propor um ideal para todos. Para tanto é preciso ter poder, poder de dizer qual imagem olhar, qual camisa vestir, qual sentimento reter.

Portanto, no consenso entre Hobsbawn<sup>6</sup>, Renan<sup>7</sup> e outros autores, a Nação é antes de tudo, um artefato cultural cuja elaboração é matizada pela experiência histórica dos sujeitos sociais. Cabe, então, “a fim de entendê-los [os artefatos culturais que representam a Nação] adequadamente, (...) considerar com cuidado como tem chegado a

---

<sup>6</sup>HOBSBAWN, E, 1990.

<sup>7</sup>RENAN, E., 2001.

ser históricos, de que modo seus significados alteraram-se no correr do tempo e porque, na atualidade, tem uma legitimidade emocional tão profunda”<sup>8</sup>.

No que tange a aparência, a compreendemos como a instância possível da experiência social e, assim sendo, delimita as possibilidades da recepção estética dos sujeitos sociais. Portanto, um terceiro desencanto ocorre a todos aqueles que julgam a aparência como sendo uma “casca”, um invólucro, que apenas disfarça, mascara ou esconde um verdadeiro que estaria abaixo ou acima dela. Afinal, a aparência não é ideologia, no sentido que o materialismo histórico propõe, nem é a ilusão que o historiador deva descartar em suas investigações, mas é a dimensão da experiência social que mediatiza a apreensão das representações construídas. Não como instrumento, tal como os óculos fariam aos olhos deficientes, mas como substância, que delimita, condiciona e significa a mensagem.

Daniel Roche, historiador vivo dos mais respeitados na França, diz que:

A cultura das aparências é a princípio uma ordem. Para chegar nela é preciso aprender uma linguagem que autorize a comunicação em um domínio estranho, e por isso mesmo mobilizador do imaginário, onde o espiritual e o material se misturam com particular força. Aí, o mental se faz corpo, aí o corpo individualizado expõe as transcrições fugazes da personalidade, aí a roupa valoriza as correspondências subterrâneas da matéria e do espírito<sup>9</sup>.

A validade do trabalho com a aparência reside na compreensão de suas intersecções na constituição dos sujeitos e nas relações constituídas entre eles. Além disso, a aparência, conforme Bollon, “repousando sobre a elaboração de imagens e de símbolos, sempre aparece como um modo de expressão infinitamente mais sensível e sutil, maleável porque permanentemente contraditório e para sempre inacabado, por isso poético e profético”<sup>10</sup>, traz ao seu observador mais indícios e pistas do que a linguagem formal, cujo domínio da lógica e seu princípio da não-contradição limita a dinâmica ambígua dos desejos, vontades, impulsos e motivações humanas, ou seja, a aparência nos diz muito mais que os discursos escritos, que os documentos e suas informações.

Aplicando estes conceitos a nossa proposta de pesquisa partimos do pressuposto que as estratégias de poder sempre negociam imagens idealizadas, sendo que quanto maior é a dependência cultural de um país mais as imagens são importadas de países ou sociedades consideradas superiores e constituídas como “espelhos”.

<sup>8</sup> ANDERSON, B. 1997. p. 23.

<sup>9</sup> **La cultures des apparences**, p. 487. Tradução livre.

<sup>10</sup> BOLLON, 1993, p. 164.

Além disso, o que propomos é analisar a dimensão da aparência enquanto construtor de sociabilidades. Interessa-nos atentar para as relações entre os diferentes grupos sociais, étnicos, econômicos e sexuais, estabelecidas pela aparência, e o quanto à predominância de uma aparência idealizada foi associada ao poder e estava implícita ao seu usufruto, sendo, até mesmo, fundamental na construção de uma face para a chamada Nação Brasileira.

A elite constituída no “Brasil”, a partir da Colônia, construiu um sentido para esse nome na mesma proporção que definia um contorno a sua identidade. Tal identidade, muito imprecisa, sem dúvida, avançou no projeto de homogeneidade na medida em que o Estado brasileiro fortaleceu-se durante o II Império e reconstruiu-se, mediante um novo perfil de ser elite, quando da fundamentação da República.

O primeiro volume, deste trabalho, contempla o período da história de nosso território, convencionalmente chamada de Brasil-colônia, mais precisamente de 1500 a 1808. Descartamos, desta primeira parte, o processo de redefinição do sentido político da colônia, suscitado a partir da chegada da Família Real ao Brasil. Dando continuidade, neste segundo volume, começamos de onde paramos para daí analisar os jogos de interesses diante da independência e os projetos de Brasil que estavam em pauta. Nos estenderemos até o final do século XIX, quando o Brasil via o século XX se aproximar e duvidava do modelo que havia criado para si, buscando, sobretudo, além oceano, uma matriz para seguir nos novos tempos.

Se no primeiro volume encerramos a apresentação alertando o leitor para não se enganar, pois trataríamos de uma comunidade imaginária em construção, neste volume podemos alertar que a construção não havia se findado e que ela continuou seu processo, contando, porém, com uma intelectualidade marcada pelo romantismo, com a presença de cidades que traziam para mais perto o modelo sonhado e, especialmente, tendo uma elite que gozava do acesso ao Brasil sonhado através de sua corte imperial, onde maquinava a identidade que lhe convinha.

Abstract:

*Volume 2 of the Brazil research for its appearances occupies of the quarrel of the relations between appearance, developed power and national identity between the historical period, conventionally called, Brazil-Empire. The preliminary conclusions evidence that the institution of independence politics of the Portuguese colony in America did not represent disruption of the models of appearances and nor reformulated the elites who lead the formularization of a notion of Brazilian identity. The figure of*

*emperor D. Peter II was of vital importance in the catalisação of the yearnings to seem européia of the imperial elite.*

Key-words: *Brazil – Empire – Appearances – National Identity*

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas** – reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México : FCE, 1997.
- BOLLON, Patrice. **A moral da mascara** – merueilleux, zazous, dândis, punks, etc. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- CANCLINI, N. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.
- HOBBSBAWN, Éric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RENAN, E. *Qué es una nación?* In: BRAVO, A. F. **La invención de la nación** – lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- ROCHE, Daniel. **La cultures des apparences** – une histoire du vêtement XVIIe – XVIIIe siècle. Paris: Fayard, 1983.